



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

VIA DA ALEPI

AL-P-(SGM) Nº 220/2022

Teresina (PI), 05 de julho de 2022.

Excelentíssima Senhora
MARIA REGINA SOUSA
Digníssima Governadora do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.002727/22
Senha: FC5C4CD
www.protocolo.pi.gov.br

Senhora Governadora,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei(*)** de autoria da Deputada **Teresa Britto** que:

"Dispõe sobre a implantação de Núcleo de Orientação Jurídica, nas comunidades, no âmbito do estado do Piauí".

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

(*) Mídia eletrônica do autógrafo do projeto encaminhada ao Poder Executivo.

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em, 13/07/22
fco Lopes
Responsável



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICATIVO Nº 06 DE DE DE 2022

Dispõe sobre a implantação de Núcleos de Orientação Jurídica nas comunidades, no âmbito do estado do Piauí.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo estadual a instituir e implantar Núcleos de Orientação Jurídica nas comunidades, no âmbito do estado do Piauí.

Art. 2º O Núcleo de Orientação Jurídica terá como principal objetivo prestar orientação jurídica às pessoas que não têm acesso a um advogado.

Art. 3º O Núcleo de Orientação Jurídica será composto por voluntários, advogados e estudantes do curso de Direito, e estagiários de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Art. 4º São finalidades do Núcleo de Orientação Jurídica:

I - prestar atendimento aos cidadãos, procurando orientar, e, havendo necessidade, encaminhar para os órgãos competentes de acordo com cada demanda;

II - analisar os conflitos nas relações intrafamiliares e interpessoais, buscando identificar a demanda a ser assistida ou encaminhada;

III - buscar fazer articulação com outras instituições, visando contribuir para o acesso aos diferentes serviços disponíveis.

Art. 5º Os núcleos serão criados em local de fácil acesso aos moradores.

Art. 6º O Poder Executivo estadual poderá realizar convênios com instituições de ensino superior e com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Piauí (OAB-PI), com a finalidade de pactuação acerca da possibilidade de contabilizar as horas como atividade acadêmica complementar ou prática jurídica.

Art. 7º O Poder Executivo estadual regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 21 de junho de 2022.

Dep. THEMÍSTOCLES FILHO
Presidente



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICATIVO Nº 06 DE

DE

DE 2022

Dispõe sobre a implantação de Núcleos de Orientação Jurídica nas comunidades, no âmbito do estado do Piauí.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo estadual a instituir e implantar Núcleos de Orientação Jurídica nas comunidades, no âmbito do estado do Piauí.

Art. 2º O Núcleo de Orientação Jurídica terá como principal objetivo prestar orientação jurídica às pessoas que não têm acesso a um advogado.

Art. 3º O Núcleo de Orientação Jurídica será composto por voluntários, advogados e estudantes do curso de Direito, e estagiários de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Art. 4º São finalidades do Núcleo de Orientação Jurídica:

I - prestar atendimento aos cidadãos, procurando orientar, e, havendo necessidade, encaminhar para os órgãos competentes de acordo com cada demanda;

II - analisar os conflitos nas relações intrafamiliares e interpessoais, buscando identificar a demanda a ser assistida ou encaminhada;

III - buscar fazer articulação com outras instituições, visando contribuir para o acesso aos diferentes serviços disponíveis.

Art. 5º Os núcleos serão criados em local de fácil acesso aos moradores.

Art. 6º O Poder Executivo estadual poderá realizar convênios com instituições de ensino superior e com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Piauí (OAB-PI), com a finalidade de pactuação acerca da possibilidade de contabilizar as horas como atividade acadêmica complementar ou prática jurídica.

Art. 7º O Poder Executivo estadual regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 21 de junho de 2022.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

